

---

# *Omnibus Numinibus et Lapitearum:* algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular<sup>1</sup>

AMÍLCAR GUERRA<sup>2</sup>

## R E S U M O

Partindo da expressão que dá o título a este contributo, analisam-se algumas sequências toponímicas equivalentes, discutindo-se as interpretações tradicionais. Incide-se particularmente sobre o conjunto de dedicatórias a Atégina, geralmente designada como *dea sancta Turobrigensis*, e em especial sobre o elemento de natureza toponímica que envolve. Inventariando todos os registos epigráficos com este termo, constata-se que ele ocorre unicamente em três inscrições da região de Aroche, sem nenhuma relação com o culto a esta entidade. Em todos os outros casos se documentam as formas *Turobrig(a)e* ou *Turibri*, incluindo neste último caso a indicação de origem de um *equus alae Vettonum*. Deste modo, propõe-se que se aceitem como completas estas duas formas onomásticas, sem necessidade de se desenvolverem, como tem sido prática corrente, como *Turobrige(nsis)* ou *Turobri(gensis)*. Sugere-se, por fim, como alternativa à interpretação tradicional, que o nome *Lapitearum* poderia corresponder a um adjetivo, relacionável com o lat. *lapis*, com *t* hipercorrecto. Deste modo, haveria que excluir a divindade do conjunto das entidades locais, de natureza pré-romana, integrando-se preferivelmente no próprio âmbito das religiões místicas, desenvolvidas em contexto perfeitamente romano.

## A B S T R A C T

Beginning with the expression that provides the title of this paper, I analyze some comparable toponymic sequences, discussing traditional interpretations. I focus on a group of dedications to Atecina, generally designated as *dea sancta Turobrigensis*, and especially on its toponymic nature. After inventorying all the epigraphic registers with this term, I conclude that it occurs in only three inscriptions in the region of Aroche, which has no relationship with the cult of this being. In all the other cases the forms *Turobrig(a)e* or *Turibri* are documented, including in this latter case, the indication of the origin of an *equus alae Vettonum*. For this reason, I propose that these two onomastic forms be accepted as complete, without their needing to be developed, as has recently been practiced, as *Turobrige(nsis)* or *Turobri(gensis)*. It is suggested, at least as an alternative to the traditional interpretation, that the name *Lapitearum* could correspond to an adjective, associated with the Latin *lapis*, with the *t* being an hypercorrection. In this way, we would have to exclude the divinity from the group of local beings, of pre-Roman nature, and preferably integrate it within the ambit of mystic religions, which developed in a fully Roman context.

O santuário rupestre de Panóias (Vila Real, VR), constitui indiscutivelmente um dos conjuntos monumentais mais surpreendentes da Península Ibérica e um *unicum* em todo o mundo romano. A sua originalidade reside, desde logo, na própria ambiência desse lugar de culto e na estruturação do espaço sagrado. O aproveitamento dos afloramentos graníticos, da diversidade das suas formas e peculiar adaptação a um determinado conjunto de práticas religiosas — neste caso do âmbito das chamadas religiões orientais — conferem a este sítio uma vincada personalidade (sobre estes aspectos v., em especial, Alföldy, 1997).

Esta especificidade justifica plenamente a importância que ele adquiriu no domínio da investigação e, ao mesmo tempo, o investimento que as entidades responsáveis pela gestão do nosso património destinem à sua salvaguarda e valorização. Neste contexto se pode inserir igualmente o colóquio monográfico realizado há alguns anos, o qual constitui uma das últimas acções de reflexão a seu respeito, a ser entendida como o ponto de partida para uma nova fase do estudo desse núcleo monumental.

Os progressos no domínio da sua interpretação assentam em boa parte sobre a leitura das epígrafes, aspecto que deu lugar a algumas controvérsias antigas e que ainda alimenta alguma produção científica actual. Todavia, este contributo, centrado exclusivamente numa das inscrições, não pretende retomar nenhuma dessas questões tradicionais de compreensão do texto, da sua relação com a evidência material associada ou com o seu enquadramento histórico-cultural.

Visa unicamente um termo — *Lapitearum* —, a respeito de cuja forma não subsistem hoje dúvidas, mas sobre cuja classificação, natureza linguística e significado se levantam algumas questões, aspectos que aqui se analisarão mais circunstanciadamente.

A leitura mais corrente desta sequência foi objecto, ao longo do tempo, de alguns propostas discordantes. Uma antiga variante, apontada por Mommsen, pretendia ver neste ponto a palavra **amphitheatrum** (Cfr. *CIL* II, 2395). Sobre ela se pronuncia explicitamente J. L. de Vasconcellos (1905, p. 187, nota 2), opondo esta conjectura à sua reiterada observação da epígrafe, para além da autoridade de Contador de Argote, cujos méritos na transcrição do texto são ainda hoje apreciados.

Uma outra proposta, esta mais recente, de J. Gil (1985, p. 368), pretendeu ver no *hapax* **Lapitearum** a expressão (*ex*) *lapide aram*. Embora esta lição do texto não tenha viabilidade, chama todavia a atenção para um dos aspectos mais marcantes deste espaço sagrado — a sua íntima associação com a massa granítica, que lhe confere a originalidade. Portanto, ainda que excluída pela evidência epigráfica, a hipótese constituiria, porém, uma sugestiva possibilidade, cuja pertinência semântica seria indiscutível.

Na realidade, para além do testemunho de Leite de Vasconcellos e da fiabilidade que de uma forma geral se reconhece à transcrição de J. Contador de Argote (1732, p. 325 ss.), o estado actual da epígrafe permite, assim, recusar as duas correcções citadas e garantir a credibilidade da mais divulgada das lições: *Diis deabusque ae/ternum lacum omni/bus Numinibus / et Lapitearum cum/hoc templo sacrauit / G. C. Calp(urnius) Rufinus u(ir) c(larissimus) / in quo hostiae uoto/cremantur*.

Anote-se, marginalmente, que a confrontação das versões permite verificar que alguns autores (Vasconcellos, Lambrino) omitiram as duas letras finais da linha 5, bastante claras na pedra e no próprio desenho de Argote.

Desde sempre a dificuldade principal residiu na interpretação do texto, ou melhor, na compreensão exacta do sentido a atribuir à sequência em que se referem as entidades a que se dedica o monumento em causa. Não subsistem dúvidas sobre a circunstância de a dedicatória assumir uma faceta panteísta, englobando “os deuses e deusas”, bem como “todos os *numina*”. Mas que significado atribuir precisamente à expressão *et Lapitearum*? A que entidade, em concreto, se reporta este termo?

A primeira explicação, a de Argote (1732, p. 345), ainda hoje a mais difundida, considera que este nome se reporta a uma entidade étnica, precisamente os *Lapiteae*, cujos *numina* seriam aqui referidos especificamente, após uma invocação de natureza genérica. Leite de Vasconcellos (1913, p. 468, n. 1) considerou igualmente esta hipótese em determinado momento, a qual foi assumida sem reservas por F. Russel Cortez (1947, p. 60).

Dentro de um número muito reduzido de hipóteses, uma alternativa séria foi apresentada pelo fundador do Museu Ethnológico. Apesar de vir posteriormente a aceitar a *vulgata* de Argote, tinha conjecturado antes que se trataria, neste caso, de uma dedicatória “aos deuses e às deusas, e a todos os numes em geral, e também aos (poderes divinos) das Lapiteas...” (Vasconcellos, 1905, p. 187). Seria, nesta perspectiva, um qualificativo de *Nymphae*, assumindo assim a natureza adjectival desse termo. Neste sentido, apresenta alguns exemplos paralelos para uma expressão como *numina Lapitearum*, enunciando *exempla* epigráficos nos quais a associação do termo *numen* a um genitivo do plural constituía o traço comum.

Lambrino (1953, p. 120-121) seguiu este mesmo raciocínio, propondo uma sugestão muito próxima desta, na qual se considerava a possibilidade de *Lapiteae* corresponder a um denominativo, de natureza tópica, de *Nymphae* ou — e esta constituiria a originalidade — de *Matres*, interpretação igualmente perfilhada por Blázquez (1962, p. 184).

Em qualquer destes casos, porém, se postulava um claro fenómeno de sincretismo, no qual se associavam os deuses do panteão greco-latino, com os que se encontravam vinculados ao próprio lugar de culto. Enfim, um refinado modelo de integração cultural (e cultural), compreensível dentro do espírito religioso abrangente dos cultos místéricos.

Com o intuito de explorar as diferentes possibilidades para posteriormente avaliar a pertinência de cada uma delas, se apontam de seguida algumas pistas, que podem contribuir para uma modificação substancial das interpretações acima enunciadas. Abarcam essencialmente problemas de natureza linguística, em duas vertentes: a caracterização morfológica do nome em análise; e a sua eventual explicação etimológica.

Como se viu, este nome foi tomado geralmente como correspondendo a um NE, o que se justificava desde logo pela forma plural. Todavia, J. Leite de Vasconcellos percebeu bem, na altura em que optou por esta via explicativa, que a existência de nomes de entidades étnicas de tema em *-a* se apresenta como residual, perante uma clara preponderância dos temas em *-o* ou em consoante. Por esse facto, remete justamente para os paralelos *Zoelae*, *Celtae*, *Sarmatae*, *Persae* que caucionariam essa sua interpretação. A estes se poderiam ainda acrescentar, pelo menos, os casos documentados de *Arrotrebae* e *Kemeletae* (a situação particular de *Fiduenae* analisar-se-á mais adiante), cingindo-nos apenas aos exemplos de âmbito peninsular.

Todavia, C. Búa observou, com razão, que poderia ser viável reconhecer em *Lapitearum* um genitivo de um topónimo plural. Embora também esta variante interpretativa não encontre paralelos numerosos, é possível apontar os casos de *Carae*, *Carduae*, *Cortinae*, e, provavelmente, *Tude*<sup>3</sup>. Registe-se, a este propósito, que a cidade dos *Grouii*, correspondente à actual Tuy (PO), ocorre em Ptolomeu (2,6,44) sob a forma Τοῦδαί, o que poderia conferir solidez a esta conjectura.

Por esta razão, são linguisticamente viáveis as duas interpretações. Conviria, contudo, analisar alguns paralelos peninsulares, procurando ver até que ponto se pode, por essa via, decidir a favor de uma das soluções.

Na teonímia é habitual que a divindade seja determinada por um adjectivo e só mais raramente por um genitivo determinativo. Há, contudo, alguns casos em que esta última situação se regista, nomeadamente quando o objecto de culto são entidades genéricas latinas. Por regra, *Genio* é seguido do gen. de um nome, situação que ocorre especialmente em sequências do tipo

*Genio conuentus...*, *Genio municipii...*, *Genio oppidi...*, *Genio coloniae...*, *Genio ciuitatis...*, *Genio pagi...*, *Genio loci...*

Num número mais reduzido de casos este mesmo termo precede unicamente um topónimo, numa estrutura semelhante ao caso vertente:

- *Genio Conimbrigae*, Condeixa-a-Velha (CI), Etienne et al., 1976, p. n. 6
- *Genio Lacimurgae*, Puebla de Alcocer (BA), *CIL* II, 5068
- *Genium Baetis*, Espartinas (SE), *CILA* 2, 1025

O mesmo modelo se recolhe em epígrafes votivas aos Lares e Ninfas, de atestação mais reduzida, especificamente em:

- *Larib(us) Callaeciar(um)*, Lugo (LU), *HEp* 1, 457
- *Nymphis Fontis Ameui*, León (LE), Diego, 1986, p. 47, n. 27

Ainda que isso contrarie a *communis opinio*, penso ser muito provável que a mesma construção se identifique em duas inscrições a outras divindades. Numa delas, proveniente de Eiras, San Amaro (OR), cuja leitura tem oscilado substancialmente, tanto pelas dificuldades inerentes ao próprio estado de conservação do monumento, como pela circunstância de se encontrar praticamente inacessível durante um largo período, regista-se com boa probabilidade a lição *Bandue Alanobrica* (ou *Alaniobrica*). Ainda que *Alanobrica* pudesse teoricamente corresponder a um adjectivo formado sobre um NL, considerando um eventual topónimo \**Alanobris*, aceita-se como segura a asserção segundo a qual o teónimo *Bandue* seria masculino. Na realidade, todos os denominativos em que é possível identificar o género apontam nessa direcção. Nestas circunstâncias resta apenas a interpretação alternativa: a de que esse elemento genérico vem seguido de um genitivo do NL.

Por fim, merece um comentário a sequência *Marti Tarbuceli*, registada num epígrafe de Montariol, Braga (BR), geralmente objecto de uma interpretação que não partilho. Na realidade, os primeiros editores do texto admitiram que o segundo nome corresponderia a uma forma adjectival *Tarbucelis* (Santos, Tranoy e Le Roux, 1983, p. 192, n. 14; Cfr. Tranoy 1981, p. 304), seguindo a fórmula mais comum, composta por teónimo + adjectivo denominativo de natureza tópica. A esta explicação, M. L. Albertos (1985, p. 472) contrapôs justamente a hipótese de *Tarbuceli* corresponder ao genitivo de um NL *Tarbucelum*, um dos topónimos em cuja formação entra o elemento *Ocelum*, de ampla atestação no Ocidente peninsular. Esta proposta apresenta, sem dúvida, maior viabilidade que a anterior, decorrendo dela duas possibilidades interpretativas. A mais viável, apontada pela própria M. L. Albertos, considera que o teónimo seria unicamente *Marti*, enquanto o NL *Tarbuceli* corresponderia a um determinativo da palavra *fullones*, termo que identifica os dedicantes do monumento. Nesta perspectiva, o exemplo deveria ser excluído da análise desta questão. Poderia, além disso, considerar-se ainda a hipótese de o nome da divindade ser composto por dois elementos, *Marti Tarbuceli*, em que o segundo seria um determinativo do nome de lugar, correspondendo, neste caso, ao mesmo esquema teonímico (teónimo + gen. do NL).

A sequência de teónimo + gen. de um NE, NH ou de qualquer entidade de natureza afim encontra-se atestada apenas num número muito circunscrito de epígrafes. Os dois casos mais característicos são representados pelos votos *Genio Tongobrigensium* de Freixo, Marco de Canaveses (PR) e *Nymphis Caparensium* de Baños de Montemayor (CC). Neles não subsiste qualquer dúvida, nem sequer a respeitante à localização da cidade a cujos habitantes se alude nas inscrições.

O voto *Diis Laribus Gapeticorum gentilitatis*, de Oliva de Plasencia (CC) assemelha-se aos exemplos anteriores, mas reporta-se a uma *gentilitas*, unidade que pode considerar-se característica da área do achado e cuja originalidade se justificaria, portanto, pelo seu enquadramento cultural.

Mais problemática é a dedicatória em que se referem os *Lares Lubanc. Douilonicorum*, Condeixa-a-Velha (CI), a respeito da qual se aceita que o último termo corresponderia a uma entidade tipicamente hispânica, geralmente expressa pelo genitivo do plural. Todavia, as diversas interpretações até ao momento apresentadas reflectem bem as dúvidas que ainda subsistem a respeito da sua natureza.

Para além destas dúvidas a respeito de questões subsidiárias, há um conjunto de exemplos em relação aos quais não é possível determinar a que categoria pertencem. Nestas se integram, como se disse, o caso em análise, dedicado *omnibus Numinibus et Lapitearum*, ainda que a tradição tenha optado quase exclusivamente para a inclusão de *Lapitearum* no âmbito dos etnónimos. Uma situação equivalente se verifica numa bem conhecida epígrafe rupestre de Sanfins, Paços de Ferreira (PR), que documenta um voto *Munidi (uel Nimidi) Fiduonarum*. Também este gen. pl. de um tema em *-a* foi interpretado como respeitante a um NE com uma (quase) unanimidade que não deixa de ser surpreendente.

Como se verifica, o caso de *Munidi Fiduonarum* acaba por colocar exactamente o mesmo problema, embora também este último nome seja tradicionalmente tomado como etnónimo. Os restantes exemplos aduzidos demonstram que a comparação com situações idênticas não resolve a questão. Embora se note uma predominância da sequência ND+NL, esta situação deve-se ao facto particular de a maioria dos casos identificados se reportarem ao Génio, o *numen loci* por excelência.

Todavia, como acima ficou claro, a possibilidade de *Fiduenae* representar um NL não corresponde apenas a uma simples conjectura, mas assume-se como uma alternativa pelo menos tão válida quanto a hipótese tradicional.

Poder-se-iam analisar, por fim, duas sequências teonímicas problemáticas: a que ocorre num notável monumento de Talaván (CC) dedicado *Munidi Eberobrigae Toudopalandaigae*, e o amplo núcleo de votos a Atégina, os quais devem ser analisados conjuntamente uma vez que parecem colocar o mesmo tipo de questões.

No primeiro caso temos uma estrutura teonímica composta por três elementos, em que os dois primeiros atestariam, numa análise superficial, exactamente uma sequência de ND + genitivo de um NL. A questão, todavia, não é de solução evidente, por duas ordens de razões: desde logo porque a ocorrência *Eberobrigae*, para além de se poder interpretar como um genitivo correspondente a uma formação em *-briga*, admitiria igualmente uma explicação como um derivado com o sufixo *-ico* de um NL em *-bris*; para além disso, o terceiro elemento da sequência *Toudopalandaigae* é manifestamente uma formação adjectival, de significado conhecido, que se compreenderia bem como qualificativo de uma divindade, mas seria manifestamente menos adequado a determinar lugares. Nesta ordem de ideias e tendo em conta o que se conhece da nomenclatura dos teónimos do Ocidente hispânico, seria mais aceitável uma estrutura de ND + dois epítetos, um reportável ao próprio lugar, assumindo-se o outro como um qualificativo, eventualmente funcional.

No entanto, faltam ainda resultados conclusivos neste domínio. Esta atitude de prudência radica, em boa medida, em algumas ilações que me parecem resultar da observação da epigrafia associada ao culto de Atégina, geralmente tomada como a “Deusa Santa Turibrigense”.

Esta divindade, cujo centro de culto se situaria num âmbito geográfico bastante próximo de Talaván (CC), permite duas observações principais a respeito do teónimo: uma vertente respeitante à própria nomenclatura e um outro que concerne à forma de um dos elementos que o identifica, o que define a sua vinculação a uma *Turibriga* / *Turobriga* / *Turubriga*.



Posta de lado a questão da alternância do timbre da vogal que precede o elemento *-briga*, irrelevante para o problema em análise, importaria chamar a atenção para uma circunstância, que a revisão da documentação epigráfica relativa aos topónimos pré-romanos pôs em evidência (Guerra, 1998, p. 645-646), aspecto que foi igualmente analisado circunstanciadamente por J. C. Búa (s/d, p. 90-92). Toma-se como um dado adquirido que as abreviaturas de *Tur.*, *Turi.*, *Turib.*, *Turibri* e *Turibrig.*, ou suas equivalentes, se devem resolver como *Turibrigensi*. Por estranho que pareça, sobretudo para quem se habituou a aceitar este facto como uma incontestável evidência, não há nenhuma atestação segura do uso dessa característica formação latina na epigrafia votiva de Atégina.

O problema radica provavelmente na deficiente leitura de uma inscrição de Mérida, integrada na colecção do Marquês de Monsalud, inicialmente apresentada como: *Deae Ataeci/nae Turobrigen(si) / invictae Arte/mas Claudi / Martilini ser(uus) / ex uoto / posui*<sup>4</sup>. O texto foi correctamente interpretado por Navascués (1931, p. 5-6), ao ser lida a sequência em causa como *deae Ataecinae Turobrigae [s]anctae*<sup>5</sup>.

Com base nessa lição errónea, e tendo em conta paralelos próximos<sup>6</sup> se generalizou uma mesma solução a todas as inscrições que entretanto foram aparecendo, constituindo actualmente um conjunto de consideráveis dimensões, do qual se têm apresentado as seguintes interpretações:

- *d(eae) d(ominae) s(anctae) Turibri(gensi)*, Abascal, 1995, p. 36, n. 3 - Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC).
- *daeae sanctae Turibrige(nsis)*, Abascal, 1995, p. 89, 91 - Dehesa El Palacio, Herguifuela (CC)
- *do(minae) d(eae) s(anctae) Turibri(g)e(nsi) Adegine*, Abascal, 1995, p. 39, n. 6 - Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
- *d(eae) s(anctae) Turibrice(nsis)*, IRCP 287 - Quintos, Beja (BJ)
- *d(eae) d(ominae) s(anctae) Turibri(gensi)*, Abascal, 1995, p. 37, n. 4 - Cerro de S. Jorge, Alcuéscar (CC)
- *d(eae) dom[i]nae Tur(ibrigensi) [---]*, Abascal, 1995, p. 40, n. 7 - Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
- *domina[e] Turibr(igensi) Attaec[i]nae*, Abascal, 1995, p. 40, n. 8 - Alcuéscar (CC)
- *dominae Turibri(gensi) [A]deginae*, Abascal, 1995, p. 41, n. 9 - Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
- *dominae Turibri(gensi) Addaecin(ae) [---]*, Abascal, 1995, p. 42, n. 10 - Alcuéscar (CC)
- *[T]uribri(gensi) A[t/d]ecin[ae/e]*, Abascal, 1995, p. 46 - Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
- *d(eae) d(ominae) [T]uri[b]ri(gensi)*, Abascal, 1995, p. 46 - Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
- *dea Ataecina Turobrig(ensis) Proserpina*, CIL II 462 - Mérida (BA)
- *dea sanc(ta) Turib(rigensis)*, Vasconcellos, 1905, p. 149 - Mérida (BA)
- *domina [T]uribri[g(ensis)] Adaegina*, CIL II 605 - Medellín (BA)
- *do[mi]na [T]uribr(igensis) Add[ae]cina*, Hurtado, 1977, n. 432 - Salvatierra de Santiago (CC)
- *<d>o<mina> s(ancta) Tur(obrigensis) A(taecina)*, CIL II 5877 - Saelices (CU)
- *d(ea) s(ancta) A(tecina) T(uobrigensis)*, CIL II 5298 - Dehesa Zafrilla, Malpartida de Cáceres (CC)
- *d(ea) s(ancta) A(tecina) T(uobrigensis)*, Abascal, 1995, p. 89 - Cagliari, Sardenha (Ital.)
- *d(ea) s(ancta) A(tecina) T(uobrigensis)*, Abascal, 1995, p. 81, 89, 97 - Cárdenas, Mérida (BA)
- *d(ea) s(ancta) A(tecina) T(uobrigensis)*, Vasconcellos, 1905, p. 149 - Dehesa Zafrilla, Malpartida de Cáceres (CC)
- *d(eae) d(ominae) s(anctae) T(uribrigensi) A(taecinae)*, Abascal, 1995, p. 38, n. 5 - Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)

- *d(ea) Ate(cina) Proserpina Tu(ribrigensis)*, Abascal, 1995, p. 89 - Salvatierra de los Barros (BA)
- *Tur(ibrigensi) Ad(aecinae)*, Abascal, 1995, p. 45, n. 13 - Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)

Numa situação peculiar, e particularmente esclarecedora, se encontra manifestamente uma inscrição de La Bienvenida (BA), onde López Melero, 1986, p. 93-97 leu: *domina(e) [A]ttaegina(e) [T]urubriga(e)*. Associando-se esta à inscrição de Mérida, já corrigida, estaríamos perante dois casos em que não se poderia aplicar o desenvolvimento tradicional, porque nelas seria clara uma forma em *-brigae*.

A aplicar-se um princípio segundo o qual não se deve desenvolver aquilo que, por si só, já pode estar completo e faz todo o sentido, haveria, desde logo, que adicionar a este grupo mais três ocorrências:

- *daeae sanctae Turibrige*, de Herguijuela (CC)
- *d(eae) s(anctae) Turibrice*, de Quintos, Beja (BJ).
- *do(minae) d(eae) s(anctae) Turibrie Adegine*, de Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC).

Mas resulta claro que estas constatações acabam por questionar na generalidade, todos os desenvolvimentos acima referidos. Seguindo o princípio antes enunciado, as ocorrências actualmente conhecidas apresentariam as interpretações seguintes:

Elem. top.	Referência teonímica	Proveniência
T.	<i>d(ae) s(anctae) A(tecinae) T(---)</i> <sup>7</sup>	Malpartida de Cáceres (CC)
T.	<i>d(eae) s(anctae) A(tecinae) T(---)</i>	Cagliari, Sardenha (Ital.)
T.	<i>d(eae) s(anctae) A(tecinae) T(---)</i>	Cárdenas, Mérida (BA)
T.	<i>d(eae) s(anctae) A(tecinae) T(---)</i>	Malpartida de Cáceres (CC)
T.	<i>d(eae) d(ominae) s(anctae) T(---) A(taecinae)</i>	Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
Tu.	<i>d(eae) Ate(cinae) Proserpinae Tu(---)</i>	Salvatierra de los Barros (BA)
Tur.	<i>d(eae) dom[i]nae Tur(---) [---]</i>	Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
Tur.	<i>Tur(---) Ad(aecinae)</i>	Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
Tur.	<d>o<minae> s(anctae) Tur(---) A(taecinae)	Saelices (CU)
Turib.	<i>daeae sanc(tae) Turib(---)</i>	Mérida (BA)
Turibr.	<i>domina[e] Turibr(---) Attaec[i] nae</i>	Alcuéscar (CC)
Turibr[i?]	<i>[---] Turibr[i?] At]aegin[---]</i>	Salvatierra de Santiago (CC)
[T]urib[ri?]	<i>do[mi]na[e] T]urib[ri?] Add]aec] ina[e]</i>	Salvatierra de Santiago (CC)
[T]uribri	<i>dominae [T]uribri Adaegina[e]</i>	Medellín (BA)
[T]urib]ri	<i>d(eae) d(ominae) [T]urib]ri</i>	Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
[T]uribri	<i>[T]uribri A[t/d]ecin[ae]</i>	Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
Turibri	<i>d(eae) d(ominae) s(anctae) Turibri</i>	Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
Turibri	<i>d(eae) d(ominae) s(anctae) Turibri</i>	Cerro de S. Jorge, Alcuéscar (CC)
Turibri	<i>dominae Turibri [A]deginae</i>	Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
Turibri	<i>dominae Turibri Addaecin(ae) [---]</i>	Alcuéscar (CC)
Turobrig.	<i>dea Ataecina Turibrig(ae?) Proserpina</i>	Mérida (BA)
Turibrie	<i>do(minae) d(eae) s(anctae) Turibri(g)e Adegine</i>	Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC)
Turibrice	<i>d(eae) s(anctae) Turibrice</i>	Quintos, Beja (BJ)
Turibrige	<i>daeae sanctae Turibrige</i>	Herguijuela (CC)
[T]urubrigae	<i>domina [A]ttaegina [T]urubrigae</i>	La Bienvenida (BA)
Turobrigae	<i>daeae Ataecinae Turobrigae [s]anctae</i>	Mérida (BA)

O quadro permite constatar que:

- i) não se documenta nenhuma formação em que esteja seguramente representado o sufixo latino *-ensis*;
- ii) Em quatro casos está bem atestada uma forma *Turibrigae*, por vezes com uma evolução do ditongo para *e*;
- iii) A estes quatro exemplos seriam verosimilmente associados, como se viu, mais dois registos: *Turibrie*, no qual se documentaria uma queda da consoante intervocálica, como ocorre com alguma frequência nos NL em *-briga* (Villar, 1995, p. 173-177); e *Turibrig.*, que pressupõe desenvolvimento idêntico a ii).
- iv) Um número não despreciando de casos (seis são seguros, a que se poderiam adicionar eventualmente mais três) apresenta uma variante *Turibri*, que deverá corresponder a uma forma completa (sobre a questão, v. *infra*).
- v) por fim, um conjunto significativo é constituído por evidentes abreviaturas (*T.*, *Tu.*, *Tur.*, *Turib.* e *Turibr.*), cujo desenvolvimento seria mais problemático, podendo oscilar entre *Turibrigae* ou uma das suas variantes e *Turibri*.

Numa primeira análise, uma forma como *Turibrigae* não coloca problemas sérios de interpretação, uma vez que se pode considerar correspondente a *Eberobrigae*, admitindo-se, à partida, a possibilidade de se optar por uma das duas hipóteses enunciadas para a explicação desta forma: gen. do NL ou dat. de um derivado com o sufixo *-ico*. Neste caso concreto, porém, haveria aparentemente uma inscrição que poderia fornecer elementos para uma escolha fundamentada.

A epígrafe encontrada em Bienvenida (CC), de facto, põe em evidência um aspecto para o qual não foi ainda apresentada uma solução satisfatória. Embora o seu texto se apresente geralmente claro, o campo epigráfico sofreu algumas fracturas marginais, o que introduziu algumas dúvidas na leitura da inscrição. De qualquer modo, a análise de R. López Melero parece-me fiável nas duas primeiras linhas: DOMINA / [A]TTAEGINA, uma vez que, na segunda linha, não parece haver nem espaço nem vestígios de um E final. Ao contrário, a terceira linha apresenta, no final, o resto de um traço vertical que não pode ser senão o que restaria do E de [T]VRVBRI-GAE (v. Búa, s/d, p. 623). Considera aquela autora que nos três nomes se deveriam suprir os três EE finais, uma vez que seria suposto o teónimo estar em dativo e o nome da cidade em genitivo ou locativo (López Melero, 1986, p. 94).

Para a explicação deste facto poderia recordar-se que DOMINA ATEGINA teria possibilidades de ser mais um exemplo em que a forma teonímica apresentava a terminação *-a* em vez da esperada em *-ae*, tal como acontece por exemplo em *Trebaruna* (Penha Garcia, Idanha-a-Nova, CB v. Garcia, 1991, p. 349, n.º 195) e *Arantia Ocelaeca* (Ferro, Covilhã, CB; v. Garcia, 1991, p. 285, n.º 11). A esta peculiaridade, registada em diversas epígrafes, têm sido dadas fundamentalmente duas explicações: ou corresponderia a vestígio de uma flexão tipicamente local, influenciada pela língua pré-romana da região (Tovar, 1985, p. 238); ou essa particularidade corresponderia a uma tendência já constatada na língua latina e nada teria que ver com o substrato.

Uma outra possibilidade seria remeter para o paralelo de uma das inscrições de Mérida dedicadas a Atégina (v. *supra*), na qual é evidente uma interpelação directa da divindade e, como tal, o teónimo apresenta-se em vocativo, o que constitui sem dúvida uma excepção no domínio da epigrafia votiva. Na realidade, o conteúdo das duas inscrições é muito diferente, pelo que esta possibilidade me parece ainda menos viável que as explicações que aceitam este caso como um anomalia flexional.



Em qualquer dos casos, a forma *Turubrigae* explica-se necessariamente como o genitivo do NL. A questão que se coloca é precisamente a de saber se todos os outros exemplos seguiriam este modelo. Infelizmente, a citada inscrição de Mérida, que poderia contribuir igualmente para esclarecer esta questão, apresenta uma abreviatura que não permite dissipar as dúvidas. Para além de outras dificuldades, o exemplo referido apresenta-se como único, o que reduz substancialmente a sua força.

A reanálise da forma do elemento de natureza toponímica permite constatar, como acima se disse, que, para além das ocorrências como *Turibricae/-ce*, se identifica um grupo significativo de registos de uma variante passível de ser tomada como um nome não abreviado: *Turibri*. Em vez de se interpretar como abreviatura, parece viável considerar que se estaria perante o ablativo de uma forma toponímica *\*Turibris*, com o que se pretenderia exprimir a origem. Ainda que o uso deste caso não seja muito abundante, não podemos esquecer quase todas as referências aos *castela e*, mais significativo, o caso da apresentação dos cidadãos de *Scallabis*.

Embora esta cidade se ateste epigraficamente (IRCP 185) como *colonia Scallabitana*, os seus naturais indicam sempre a sua origem com recurso ao ablativo: *domo Sergia Scallabi* (HEp 3, 368) e *Scallabi* (CIL VI 2614; Le Roux, 1982, p. 223, n. 182). Por isso, não seria de excluir a hipótese de *Turibri* corresponder, nos seis casos em que ocorre, a uma indicação de proveniência, que pudesse ser semanticamente equivalente a *Turibricae*, qualquer que seja a classificação morfológica atribuída a este nome.

Nesta conformidade, impõe-se, a meu ver, que, por questões de princípio, se altere também a opção tomada pelos editores dos textos epigráficos a respeito de uma solução para o que se considera tradicionalmente uma abreviatura em *Turibri*.

Em suma, todas estas ocorrências deveriam, pelo menos até que uma evidência contrária se torne incontestável, ser interpretadas como correspondentes a uma forma *Turubrigae* ou *Turibri* (com as variantes de vocalismo ou de representação do ditongo), e não, como tem sido tradição, a *Turibrigensis* ou equivalente.

Mas a questão não se cinge à epigrafia votiva. Uma opção idêntica deveria merecer a indicação de *origo* documentada numa inscrição de Caleruela (TO), na qual se leu a referência *Turibri(gensis)*, atribuída a um *eques alae Vettonum*, cuja vinculação a esta mesma localidade parece incontestável (González-Conde, 1988, p. 131-132; *contra*, Canto, 1997, p. 195). E o mesmo deveria acontecer ao que se interpretou como *Turubri(gensis)* numa epígrafe (IRCP 37) de Quelfes, Olhão (FA), situação em que seria preferível, mais uma vez, aceitar, como completa, a forma *Turibri*. Tratar-se-ia, portanto, de uma indicação de origem idêntica há que ocorre na identificação de três escalabitanos com o termo *Scallabi*, isto é, através de um ablativo do NL, como decorre da expressão *domo Sergia Scallabi*.

Uma solução diferente, que dada a sua raridade se apresenta claramente como excepção, é registada em dois documentos epigráficos das proximidades de Aroche (Canto, 1997, nn. 161 e 170) onde ocorre respectivamente a forma *Turobrigensi* e *Turobrige(n)sis*, indicação que poderia reportar-se, eventualmente, como já sugerira Albertini (1923, p. 86), a uma outra *Turobriga*, que se situaria na região (Cfr. Canto, 1997, p. 194-196). É viável admitir que a esta mesma localidade corresponda a ocorrência de *[Tu]rubrige(n)sis*, Corte de Messangil, Serpa (BJ) (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997, p. 112-113, n. 18). Estes três exemplos, os que eventualmente se reportam a uma *Turobriga* da Betúria, são também os únicos que atestam, sem qualquer dúvida, esta formação tipicamente latina em *-ensis*.

O vasto núcleo de inscrições votivas acima referido deve, assim, atestar essencialmente uma forma onomástica cuja interpretação não é unívoca:

- a) Por um lado, poderia corresponder a um NL, documentado sob as formas *\*Turibriga* (a mais representada), *\*Turobriga* e *\*Turubriga*, como um determinativo de um teónimo (onde geralmente comparecem os elementos *dea*, *domina* e *sancta* isolados ou em associação) como se viu, documentado especialmente no caso de votos a um determinado *Genius*;
- b) Seria igualmente admissível a hipótese de *Turobriga*e e suas variantes respeitarem ao dativo do determinativo de natureza toponímica, formado com um sufixo *-ico-*, a partir de um NL *\*Turobris*, assumindo-se assim como equivalente de uma forma latina *Turobrigenis*. Esta possibilidade é linguisticamente tão viável como a primeira, razão pela qual uma opção entre estas duas possibilidades se deve basear noutros critérios.

Aceita-se, pois, pelo que acima se expôs, que a resolução das abreviaturas da sequência em causa com um termo derivado com o sufixo latino *-ensis* deve ser preferencialmente substituída por uma forma como *Turobriga*e ou equivalente.

Tendo em vista este aspecto concreto, revela-se de particular importância a já citada inscrição de La Bienvenida (CC), cujo texto (*Domina / [A]ttaegina / Turubrigae / ...*), apesar das anomalias flexionais que apresenta. Independentemente do caso em que *Domina* e *Attaegina* se encontram, ganha considerável apoio a hipótese de esta invocação em que ocorre o elemento *Turubrigae* corresponder à modalidade de teónimo + gen. do NL, assimilando-se, deste modo, ao grupo das dedicatórias ao Génio.

Esta possibilidade permitiria uma outra perspectiva na interpretação da já aludida epígrafe votiva a *Munidi Eberobrigae Toudopalandaigae*, pelo paralelismo que apresenta com algumas invocações a Atégina. Poderia, nomeadamente, contribuir, dentro de certos limites, para a solução da ambiguidade da categoria gramatical do segundo elemento, aspecto que, como se viu, não é viável resolver por critérios estritamente linguísticos.

Uma estrutura teonímica como *deae sanctae Turibrigae Ateginæ* (atestada em alternativa a *deae sanctae Ateginæ Turibrigae*) é facilmente confrontável com a tríplice designação da divindade de Talaván. Os elementos *dea*, *sancta* e *domina*, nas suas diferentes conjugações, corresponderiam a um teónimo genérico, que poderia ser equivalente de *Munidi*; o segundo elemento respeitaria ao NL; o terceiro assumiria função de um qualificativo e, por isso, o facto de ambos serem derivados resultantes da aplicação de duas modalidades sufixais comuns (num caso *-aico*, no outro *-ino*) poderiam sustentar precisamente esta hipótese.

Todavia, a questão deve ainda ser analisada à luz de uma circunstância que mereceu justamente a atenção de C. Búa (s/d, p. 90-91). A observação das diferentes sequências teonímicas, como se viu, pôs em evidência uma variante na qual o elemento em causa ocorre como *Turibri*. Na explicação tradicional corresponderia a uma outra forma abreviada de *Turibri(gensis)*, hipótese que deve ser revista. Este autor postula que esta forma, bem como *Turibrie* e *Turibrig[i]*, esta última reconstituída numa inscrição de Medellín (BA), corresponderiam a dativos do sing., em dois casos correspondentes a temas em *-i* e no outro de um tema em *-a*.

Na minha perspectiva, a interpretação *Turibrig[i]* deveria ser preterida em favor de *Turibrig[e]*, o que nos colocaria na situação antes analisada, dada a sua equivalência a *Turubrigae*, que corresponderia a gen. de um NL, a admitir-se a generalização da nomenclatura registada na inscrição de Bienvenida (CC). Como se disse, em relação à forma *Turibri*, e tal como resulta da aproximação com *Scallabi*, há que considerá-la um ablativo de um NL *\*Turibris*, formado à semelhança dos bem conhecidos nomes de *castella* como *Miobri*, *Letiobri*, etc.

A aceitar-se esta interpretação para a sequência *Turibri*, uma parte significativa das sequências teonímicas das dedicatórias a Atégina apresentaria uma estrutura diferente, mas em subs-

tância idêntica à que acima se referiu: *deae/dominae/sanctae* + indicação de origem expressa pelo ablativo do NL + *Ateginæ*.

A análise de toda esta massa documental permite, portanto, chamar a atenção para a existência de uma alternativa à hipótese de o nome *Lapitearum* se reportar a uma determinada comunidade humana. Para essa mesma ilação concorre uma hipótese interpretativa que a análise deste caso concreto nos sugeriu.

A tradição, que se pode em determinado momento captar na obra de Leite de Vasconcellos (1913, p. 468, n. 1), tinha associado este suposto NE ao topónimo *Lapatia*, nome atestado unicamente por Ptolomeu (2,6,4) pelo qual se designava um promontório do extremo Noroeste peninsular (*TIR K-29*, p. 64). Nesta perspectiva, para além de uma afinidade no plano do radical, os dois nomes apresentavam idênticos sufixos, assinalando-se apenas um diferente vocalismo. Estaríamos, deste modo, perante uma onomástica tipicamente hispânica, circunstância plenamente justificada pelo facto de se reportar a realidades locais (étnicas ou tópicas).

Sobre o significado do radical não há, que eu saiba, explicações consistentes, o que se compreende perfeitamente, dadas as dificuldades em propor etimologias para a onomástica antiga peninsular.

Todavia, sem recusar liminarmente a possibilidade de o nome em causa ser de origem pré-romana, devem considerar-se outras hipóteses, eventualmente preferíveis atendendo ao próprio contexto cultural em que se insere.

A simples observação deste conjunto epigráfico-religioso permite evidenciar a importância do aproveitamento dos afloramentos graníticos. Parece-me, por essa razão, de uma pertinência semântica incontestável toda a explicação do termo que passe por uma associação com essa mesma evidência material. Assim, cobra pleno sentido, sob vários aspectos, que *Lapitearum* tenha algo que ver com o termo latino *lapis*.

Admito, em concreto, que a forma registada na epígrafe de Panóias possa ser precisamente o adjectivo latino *lapideus, a, um*, objecto de um processo de ultracorreção, na medida em que se apresentaria como uma reacção a uma das mais marcadas tendências da passagem do latim ao português — a sonorização das oclusivas — fenómeno amplamente representado em contextos linguísticos pré-romanos (duplamente documentado, só para citar um exemplo já referido ao longo do texto, no caso de *Toudopalandaigae*, nome composto em que se identificam as componentes *\*touts* e *\*palantaica*). Ao contrário, são raros os exemplos do hipercorretismo correspondente, o qual se verifica, em documentação epigráfica: numa epígrafe da região de Elvas (*IRCP 571*), em que se lê a sequência *Proserpinae sanctae G(aius) Iulius Parthenopaeus uot(um) quot fecit a(nimo) l(ibens) p(osuit)*; numa inscrição (*IRCP 480*) de um mosaico de S. Vitória do Ameixial, Estremoz (PT), com o texto *Felicio **torritatus** peior est qua<m> ut Cirdalus*, onde a forma *torritatus*, está por *torridatus* (Cfr. *IRCP*, 1984, p. 558). O facto de esta tendência concreta para a ultracorreção ser bastante rara, não deve surpreender, uma vez que esta é uma das características habituais em casos afins.

Parece, portanto, tratar-se de um fenómeno que ocorre em contexto perfeitamente latino e não associado a um contexto pré-romano, aspecto que poderia ser relevante na análise linguística. Nesta perspectiva, na sua origem, *lapitearum* seria o qualificativo de um nome feminino e habitualmente usado no plural, o qual, nas actuais circunstâncias não se afigura fácil suprir.

Esta interpretação linguística, por sua vez, tornaria a questão de natureza especificamente religiosa mais compreensível. A conhecida a tendência sincrética dos cultos orientais permitiu, também neste caso, aceitar uma veneração simultânea a divindades das mais diversas origens.

Nesta perspectiva, se justificaria a referência aos *numina loci*, a divindades específicas de uma entidade tópica ou étnica a que esse santuário se encontrava ligado. Esta seria, no entanto, a única ocorrência, no santuário de Panóias, de uma divindade não pertencente ao contexto cultural comum das religiões mistéricas. Mas, mais do que isso, seguindo a interpretação tradicional, este caso representaria o único exemplo peninsular em que divindades indígenas se juntariam, num mesmo santuário, a entidades pertencentes a este âmbito cultural (Blázquez, 1962, p. 225).

Como não está em causa que a realidade cultural aqui evidenciada tenha que ver essencialmente com uma ambiência religiosa exógena, difundida depois através do mundo romano, seria preferível aceitar que essa associação de carácter excepcional na realidade não se verificasse, atendendo à circunstância de essa possibilidade colocar, como se viu, sérios problemas. Por isso, parece preferível admitir que no santuário de Panóias estão unicamente presentes entidades da esfera das religiões mistéricas, ainda que eventualmente associadas à natureza específica do lugar.

Estes *numina Lapitearum* deveriam, pois, ser retirados do âmbito das divindades indígenas, para serem integrados no âmbito da religiosidade que vem com a romanização e especificamente com os cultos mistérios de origem oriental.

---

## NOTAS

- <sup>1</sup> Ao longo do texto recorrer-se-á ao uso das abreviaturas seguintes: NL (NNL) – nome(s) de lugar; NE (NNE) – nome(s) de entidade étnica; ND (NND) – nome(s) de divindade. Para melhor identificação dos lugares citados, indicar-se-á a província (no caso de Espanha) ou o distrito (para Portugal), de acordo com as correspondências: BA (Badajoz); BJ (Beja); BR (Braga); CC (Cáceres); CI (Coimbra); CU (Cuenca); FA (Faro); H (Huelva); LE (León); LU (Lugo); OR (Orense); PO (Pontevedra); PR (Porto); PT (Portalegre); SE (Sevilla); TO (Toledo); VC (Viana do Castelo); VR (Vila Real).
- <sup>2</sup> Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, 1600-214 Lisboa.
- <sup>3</sup> O caso de *Cale* poderia aparentemente aproximar-se deste último. Todavia, a circunstância de ocorrer nas fontes com formas como *Calem* (ac.) e *Calo* recomenda que se exclua este nome da lista.
- <sup>4</sup> Assim Vasconcellos, 1905, p. 147-8 e Méliida, 1925, p. 201.
- <sup>5</sup> Esta é a versão aceite actualmente, embora Ramírez Sádaba, 1993, p. 392 dê conta de uma proposta de A. U. Stylow no sentido de reduzir o terceiro elemento a *Turobriga*.
- <sup>6</sup> Era inevitável confrontar estas sequências teonímicas com a que ocorria numa inscrição de Elvas, dedicada *dee sancte Burrulobrig[ig]ensi* (Vasconcellos, 1905, p. 174-175 identificou as duas primeiras palavras, tendo o adjectivo toponímico sido proposto por Encarnação, 1984, p. 633).
- <sup>7</sup> Representa-se desta forma a incerteza a respeito do desenvolvimento concreto desta letra, que poderia corresponder a um vasto leque de possibilidades: *Turibrigae*, *Turobrigae*, *Turubrigae*, *Turibige*, *Turubrice*, *Turibrie*, *Turibri*.

---

## REFERÊNCIAS

- ABASCAL, J. M. (1995) - Las inscripciones latinas de Santa Lucía del Trampal (Alcuéscar, Cáceres) y el culto de Ataecina en Hispania. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 68, p. 31-105.
- ALBERTINI, E. (1923) - *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*. Paris.
- ALBERTOS, M. L. (1985) - A propósito de algunas divinidades lusitanas. *Symbolae Ludouico Mitxelena septuagenario oblatae*, I. Vitoria: Universidad del País Vasco, p. 469-474.
- ALFÖLDY, G. (1997) - Die Mysterien von Panóias (Vila Real, Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 38, p. 176-246.
- ARGOTE, J. C. de (1732-1734) - *Memórias para a história ecclesiástica do arcebispado de Braga ...* Lisboa.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1962) - *Religiones primitivas de Hispania, I. Fuentes literarias y epigráficas*. Roma: CSIC.
- BÚA CARBALLO, J. C. (s/d) - *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*. Salamanca (tese de doutoramento inédita).
- CALLEJO SERRANO, C. (1970) - Nuevo repertorio epigráfico de la provincia de Cáceres. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 43, p. 132-168.

- CANTO, A. M.<sup>a</sup> (1997) - *Epigrafía romana de la Beturia Céltica*. Madrid: UAM.
- CARDOZO, M. (1946) - Lagares de mouros. *Homenaje a Julio Martínez Santa Olalla*, I. Madrid, p. 134-135.
- CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlin.
- CILA 2 = GONZÁLEZ, J. (1996) - *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía, II. Sevilla, Tomo IV. El Aljarafe, Sierra Norte, Sierra Sur*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente de la Junta de Andalucía.
- CORTEZ, F. R. (1947) - *Panóias, a cidade dos Lapiteas. Subsídios para o estudo dos cultos orientais na região do Douro*. Porto.
- DIEGO SANTOS, F. (1986) - *Inscripciones romanas de la provincia de León*. León: Institución "Fray Bernardino de Sahagún".
- ETIENNE, R. [et al.] (1976) - *Fouilles de Conimbriga, II. Épigraphie et sculpture*. Paris: Diff. de Boccard.
- GARCIA, J. M. (1991) - *Religiões antigas de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P. (1991) - Las religiones orientales en la Península Ibérica; documentos numismáticos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 64, p. 37-81.
- GARCÍA IGLESIAS, L. (1971) - La Beturia, un problema geográfico de la Hispania Antigua. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 44, p. 86-108.
- GIL, J. (1985) - Notas sobre el lusitano. In *Actas del III sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)*, Salamanca: Universidad, p. 365-370.
- GONZÁLEZ-CONDE, P. (1988) - Bassus Turobrigensis y la inscripción de Ataicina en Caleruela (Toledo). *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 6, p. 131-132.
- GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa (tese de doutoramento policopiada). *HEp = Hispania Epigraphica*, Madrid.
- HURTADO DE SAN ANTONIO, R. (1977) - *Corpus provincial de inscripciones latinas (Cáceres)*. Cáceres: Diputación Provincial.
- IRCP = ENCARNANÇA, J. d' (1984) - *Inscrições romanas do conuentus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- LAMBRINO, S. (1953) - Les divinités orientales en Lusitanie et le sanctuaire de Panóias. *Bulletin des Études Portugaises de l'Institut Français au Portugal*. Coimbra. Nouv. série. 17, p. 93-129.
- LANTIER, R. 1933 - Les dieux orientaux dans la Péninsule Ibérique. In *Homenagem a Martins Sarmiento*. Guimarães, p. 185-190.
- LE ROUX, P. (1982) - *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris: Diff. de Boccard.
- LOPES, M. C.; CARVALHO, P. C.; GOMES, S. M. (1997) - *Arqueologia do concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal.
- LÓPEZ MELERO, R. (1986) - Nueva evidencia sobre el culto de Ategina: el epígrafe de Bienvenida. In *Manifestaciones religiosas en la Lusitania (Marzo 1984)*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 93-112.
- MÉLIDA, J. R. (1925) - *Catálogo monumental de España. Provincia de Badajoz*, I. Madrid.
- NAVASCUEÉS, J. M. (1931) - *Colección de antigüedades que pertenecieron al Sr. Marqués de Monsalud*. Madrid.
- RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (1993) - Panorámica religiosa de Augusta Emerita. *Religio deorum. Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía "Culto y Sociedad en Occidente"*, Barcelona: Sabadell, p. 389-398.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1993) - *Corpus-catálogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica*. A Coruña: Edición do Castro.
- SANTOS, L.; LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1983) - Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga. *Bracara Augusta*. Braga. 28, p. 183-205.
- TIR K-29 = *Tabula imperii romani. Hoja K-29*: Porto. Madrid. 1991.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice Romaine*, Paris: Diff. de Boccard.
- TOVAR, A. (1985) - La inscripción del Cabelo das Fráguas y la lengua de los lusitanos. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)*, Salamanca: Ediciones Universidad. p. 228-253.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1905) - *As religiões da Lusitânia, II*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1913) - *As religiões da Lusitânia, III*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILLAR, F. (1995) - *Estudios de celtibérico y de toponimia prerromana*. Salamanca: Universidad.